



Fórum Paranaense de Comitês de Bacias Hidrográficas

Secretaria Executiva | Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças
| Curitiba/PR | CEP: 80.230-120

41 3213-4752 | forumcbhpr@iat.pr.gov.br

www.iat.pr.gov.br/Pagina/Forum-Paranaense-de-Comites-de-Bacias-Hidrograficas

ATA DA REUNIÃO EMERGENCIAL DO FÓRUM PARANAENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

1 Ao sexto dia de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, por meio
2 da plataforma de videoconferência pela URL <https://us02web.zoom.us/j/89863194569>, e
3 disponibilizado ao vivo na plataforma Youtube na URL:
4 <https://youtube.com/live/IVsxb4Qtr8s?feature=sharefoi> realizada a Reunião Emergencial do
5 Fórum Paranaense de Comitês de Bacias Hidrográficas, diante da presença do
6 Coordenador **SILVIO SILVESTRE BARCZSZ**, do CBH Piraponema; **ESTER AMÉLIA**
7 **ASSIS MENDES** Coordenadora adjunto 2 e **IBSON GABREL MARTINS DE CAMPOS** do
8 CBH COALIAR; **EUCLESIO MANOEL FINATTI** e **JACKSON CESAR BASSFELD** do CBH
9 Litorânea; **NEURI JOSE DAL MOLIN** e **MAURICIO CAMARGO FILHO** do CBH Alto Ivaí;
10 **HETERLEY UBALDO DE SOUZA** e **FERNANDO MASSARDO** do CBH Baixo Ivaí Paraná 1;
11 **CARLOS EDUARDO GONÇALVES AGGIO** e **ARISTEU KAZUYUKI SAKAMOTO**, do
12 CBH Norte Pioneiro; **GUILHERME DANIEL** e **SERGIO MAKRAKIS** do CBH Piquiri Paraná
13 2; **DENISE RAUBER** do Comitê dos Afluentes do Baixo Iguaçu; **RICARDO JOHANSEN**,
14 do CBH Tibagi; **ROBERTSON WOLF** e **CAROLINE KOZAK**, do CBH Jordão; **JOSÉ LUIZ**
15 **SCROCCARO**, diretor presidente; **DANIELLE TEIXEIRA TORTATO**, gerente de gestão de
16 Bacias hidrográficas; **LUCINEIDE APARECIDA MARANHO**, **NATALY TASCA**, **ROSA**
17 **MARIA VOLPATO**, **ANGELA RICCI** e **PALOMA RIBAS** da secretaria executiva do Instituto
18 Água e Terra. convidados: **EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA**, Secretário de Estado do
19 Desenvolvimento Sustentável; **JULIO CESAR GONCHOROSKY** - Diretor de Meio
20 Ambiente e Ação Social da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR; **CORONEL**
21 **QOBM FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG** - Coordenador Estadual da Defesa Civil
22 **DANIELI MARA FERREIRA**, **FLAVIO DEPPE**, **REINALDO OLMAR KNEIB** e **MARCO**
23 **ANTONIO RODRIGUES JUSEVICIUS** do Sistema de Tecnologia e Monitoramento
24 Ambiental do Paraná – Simepar, **RAUL MARCON** e **ANTONIO GIL FERNANDES**
25 **GAMEIRO** da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e **ALVARO CESAR DE**
26 **GÓES** - Gerência de Monitoramento e Fiscalização, e **TIAGO BACOVIS** gerente de
27 Outorga do Instituto Água e Terra – IAT. Com a confirmação do quórum, a Sra. Lucineide
28 agradeceu a presença de todos na reunião, informou o coordenador da verificação positiva
29 do quórum e que a conferência seria gravada e disponibilizada pela Plataforma do Youtube
30 para validação. **1. ABERTURA:** Silvio agradeceu a Lucineide e à equipe por organizar o
31 evento, destacando sua importância, especialmente para os comitês de bacias
32 hidrográficas e o sistema de recursos hídricos do Paraná, que enfrentava uma crise hídrica
33 e queimadas devido à seca. Ele deu as boas-vindas aos participantes da reunião
34 extraordinária e passou a palavra ao secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável,
35 Everton Luís Costa Souza. Everton agradeceu a oportunidade de falar e ressaltou a
36 importância da reunião, dado o impacto da estiagem em mais de 50% do estado. Ele frisou
37 a necessidade de colaboração com os comitês de bacia para enfrentar o problema e



38 destacou a relevância do papel desses comitês na gestão dos recursos hídricos. Everton
39 mencionou a cobertura da mídia sobre o assunto e a valorização do trabalho dos comitês.
40 Ele também comentou sobre as medidas tomadas na reunião do Conselho Estadual de
41 Recursos Hídricos e a importância da cobrança pelo uso da água. Após o Silvio deu
42 continuidade à reunião, passando a palavra ao diretor-presidente do Instituto Água e Terra,
43 José Luís Scroccaro, que ressaltou a emergência da situação hídrica no estado e a
44 necessidade de ações conjuntas. Ele sugeriu que os comitês de bacia fossem consultados
45 para a definição de estratégias de gestão. Silvio, então, passou a palavra para Danielle
46 Teixeira Tortato, gerente de gestão de recursos hídricos do IAT, que agradeceu a
47 participação de todos e desejou uma boa reunião. Na sequência, a vice coordenadora Ester
48 destacou a importância da participação dos comitês de bacia na tomada de decisões para
49 a gestão dos recursos hídricos. A reunião foi formalmente aberta por Silvio, que apresentou
50 a pauta, mencionando a participação do Simepar com o tema "Segurança Hídrica:
51 Realidade Atual e Perspectivas para os Próximos Meses". Ele também informou que a
52 reunião estava sendo transmitida ao vivo pelo YouTube. Por fim, Everton solicitou a
53 inclusão de uma apresentação da Sanepar na pauta, após votação, o pedido foi aceito pelos
54 participantes. 2. Em seguida Silvio passou a equipe da Simepar e a Danieli iniciou a
55 apresentação cumprimentando o público e se apresentando como pesquisadora da área
56 de hidrologia do Simepar, acompanhada de seus colegas Marcos e Reinaldo, da equipe de
57 meteorologia. Ela explicou que eles fariam complementações ao que ela apresentaria sobre
58 o panorama das condições hidro meteorológicas do estado nos últimos seis meses, bem
59 como as previsões futuras. Ela compartilhou uma apresentação que mostrava anomalias
60 de precipitação, comparando os acumulados de chuva recentes com as médias históricas.
61 A análise revelou que, em março, houve anomalias negativas, principalmente no norte do
62 estado, onde choveu menos que a média. Abril e julho tiveram chuvas acima da média em
63 algumas bacias, mas junho e agosto apresentaram déficits significativos, especialmente no
64 norte. Reinaldo complementou com uma análise das temperaturas mínimas e máximas
65 durante o inverno, destacando que as temperaturas estiveram acima da média histórica,
66 com poucas incursões de massas de ar frio. Ele também analisou as chuvas do período de
67 junho a agosto, que ficaram abaixo da média histórica. Observou-se que o inverno foi mais
68 seco e quente do que o normal, o que aumentou a evaporação e contribuiu para o cenário
69 de seca. Eles passaram então a analisar o período de janeiro a agosto, apontando que
70 várias regiões do estado registraram chuvas abaixo da média, com déficits significativos.
71 Além disso, as temperaturas continuaram acima da média histórica, confirmando um ano
72 mais seco e quente do que o esperado. Reinaldo explicou a situação da seca, utilizando o
73 índice padronizado de precipitação (SPI) para ilustrar as condições de seca, especialmente
74 na metade norte do estado. Ele também comentou sobre o monitor de secas, uma
75 ferramenta desenvolvida pela Agência Nacional de Águas (ANA), em colaboração com
76 outras entidades, que diagnostica a intensidade da seca. O monitor de julho já indicava
77 seca fraca a moderada em diversas regiões, com previsão de agravamento em agosto.
78 Danieli finalizou destacando a importância do monitor de secas, que completou 10 anos
79 recentemente, e mencionou sua relevância para a tomada de decisões em políticas
80 públicas. Danieli explicou que a Defesa Civil já estava usando uma nova ferramenta para
81 declarar estado de emergência e que havia estudos para aplicá-la como critério para
82 concessão de crédito aos produtores rurais. A ferramenta vinha ganhando importância, e
83 ela trouxe uma análise hidrológica entre março e agosto sobre a situação das bacias no
84 Paraná. Em março, 75% das bacias estavam em estado de normalidade, mas esse número
85 havia diminuído com o passar dos meses. Em agosto, pouco mais da metade das bacias
86 ainda estava em estado normal, enquanto o número de bacias em estiagem aumentava.
87 Ela destacou as condições dos reservatórios de Curitiba, que estavam em boas condições,
88 com o exemplo de Piraquara I quase cheio. Por outro lado, a bacia do Rio Tibagi mostrava



89 vazões abaixo da média histórica. Danieli apresentou previsões de chuva para os próximos
90 meses, baseadas em modelos probabilísticos, apontando para um cenário de seca em
91 setembro, mas com retorno gradual das chuvas em outubro e novembro. As temperaturas
92 também continuariam altas, o que poderia impactar a recuperação dos rios. Marco
93 completou explicando que, embora o fenômeno La Niña estivesse próximo de se confirmar,
94 o estado do Paraná enfrentaria um início tardio da estação chuvosa, com chuvas abaixo da
95 média em setembro e temperaturas elevadas nos próximos meses. O fenômeno persistiria
96 durante o verão do hemisfério sul, mas seria de curta duração e fraca intensidade.³ Ester
97 mencionou que estava a abrir o sistema "InfoHidro", utilizado para monitoramento
98 hidrometeorológico das captações e lançamentos da Sanepar em todo o estado. Esse
99 sistema foi desenvolvido pelo Simepar e ainda estava em fase de desenvolvimento. Ela
100 destacou que, conforme as falas anteriores, a situação nos mananciais já demonstrava
101 criticidade, especialmente nas bacias com áreas menores que 100 km², onde modelos
102 regionais muitas vezes não refletiam adequadamente a realidade. Ester apresentou a
103 situação dos mananciais do Paraná, apontando que muitos estavam em estado de alerta
104 ou estiagem, com destaque para as regiões do litoral e centro-sudoeste do estado. Em um
105 levantamento, 60% dos mananciais estavam em situação crítica ou de alerta. Ela citou que
106 os reservatórios da região de Curitiba estavam com níveis entre 92% e 98%, mas ressaltou
107 que as chuvas recentes não haviam sido suficientes para melhorar a situação. Ela também
108 destacou a importância de priorizar o abastecimento público, especialmente em momentos
109 de escassez hídrica, mencionando que a baixa qualidade da água, causada pelo impacto
110 das usinas de energia, estava gerando problemas em Londrina. Ester enfatizou que era
111 necessário um planejamento conjunto entre as entidades para garantir o uso sustentável
112 dos recursos hídricos, destacando o papel dos comitês de gerenciamento e a necessidade
113 de monitoramento constante. Júlio complementou a apresentação, reforçando a gravidade
114 da situação e a necessidade de tomar decisões importantes para enfrentar os próximos
115 meses. Everton assumiu a fala, ressaltando que, diante do cenário apresentado, as ações
116 propostas, especialmente o papel dos comitês, seriam essenciais nesse momento crítico.
117 Scroccaro sugeriu uma resolução para 90 dias, com prognósticos de até 180 dias críticos,
118 propondo medidas para enfrentar a situação. Uma das propostas foi aumentar a vazão de
119 referência de 50% para 80% do Q95, a fim de atender múltiplos usos da água. Tiago
120 explicou que essa medida beneficiaria tanto o abastecimento público quanto outros usos
121 prioritários, sem incluir novos usuários. Silvio questionou sobre os efeitos práticos da
122 mudança na vazão, e Tiago reforçou que a prioridade seria o abastecimento público, mas
123 que outros usos seriam contemplados para evitar impactos econômicos. Everton
124 acrescentou que era essencial equilibrar a distribuição da água entre os setores produtivos
125 e o abastecimento público, destacando que a decisão seria revista se não houvesse
126 benefícios visíveis. Ao final, Everton mencionou que o plano incluía um forte programa de
127 comunicação para conscientizar a população sobre o uso responsável da água, e
128 mencionou medidas adicionais, como a ampliação do monitoramento e o incentivo ao reuso
129 da água. Silvio acompanhava uma transmissão no YouTube e notou que os espectadores
130 pareciam não entender uma questão relacionada à gestão hídrica. Ele mencionou que, ao
131 reduzir o uso de água, disponibilizava-se mais água para o sistema, o que gerou dúvidas
132 sobre a razão de priorizar o consumo de água ao invés de restringir seu uso. Everton
133 explicou que a ampliação de 50% para 80% do uso de água seria baseada em dados
134 obtidos por estações de monitoramento e suportada por um sistema de decisão. O decreto
135 atual limitava o uso a 50% da Q95 (vazão mínima) no estado. Ele ressaltou que a demanda
136 por água estava crescendo e que as ações do governo visavam lidar com períodos de
137 estiagem. Everton mencionou que o decreto permitiria maior agilidade na alocação de
138 recursos públicos, facilitando contratações rápidas para abastecimento em comunidades
139 rurais. A flexibilização do percentual de uso era necessária para garantir múltiplos usos de



140 água, com o apoio de comitês e um programa de comunicação. Scroccaro complementou
141 que, ao autorizar o uso de 50% da Q95, parte da água acabava não sendo aproveitada,
142 pois fluía para jusante sem captação adequada. Ele ressaltou a importância de implementar
143 bacias críticas para que os recursos hídricos fossem utilizados de maneira eficiente e
144 priorizando o abastecimento público. Neuri sugeriu que o prazo de seis meses para a
145 liberação de 50% para 80% fosse estendido, dado que a estiagem poderia se prolongar
146 além de março. Scroccaro explicou que o decreto estadual determinava 180 dias para
147 situações de crise, e qualquer prorrogação necessitaria de nova reunião e autorização.
148 Everton destacou a imprevisibilidade da estiagem e a importância de revisar as ações
149 conforme o cenário evoluísse. Ele também mencionou a demanda por uma autoridade
150 climática no Paraná, visando maior coordenação entre as instituições estaduais. Silvio
151 retomou a palavra, levantando questões do chat sobre a regulamentação, fiscalização e
152 penalidades em casos de abuso no uso da água. Everton comentou que estratégias de
153 comunicação estavam sendo discutidas com o governo estadual, e que a conscientização
154 da população seria essencial. Jackson e outros participantes concordaram com a
155 necessidade de estabelecer uma "sala de crise" para acompanhamento contínuo da
156 situação hídrica, com a participação dos comitês e da sociedade. Everton ressaltou a
157 importância da participação do setor produtivo nos comitês, destacando que, sem boas
158 práticas como reuso e otimização, pode ser necessário interromper atividades produtivas
159 para garantir água à população. Ele enfatizou que a representatividade de setores como
160 indústria, comércio e agricultura nos comitês é essencial para evitar críticas da população,
161 que muitas vezes sente que as restrições recaem apenas sobre ela. Jackson, da CBH
162 Litorânea, concordou com Everton e sugeriu que, além dos macromodelos do Simepar, se
163 observem os microclimas em diferentes regiões do Paraná, pois eles influenciam o
164 comportamento climático local. Silvio levantou uma questão sobre o Q95 e se o aumento
165 proposto para 80% reduziria ou aumentaria a quantidade de água disponível para diluição
166 de efluentes. Scroccaro respondeu que, em locais sem outros usuários que possam ser
167 prejudicados, seria viável usar até 80% da água para diluição, o que ajudaria principalmente
168 na área de saneamento. No entanto, onde houver mais usuários, seria necessário negociar
169 o uso da água, priorizando sempre o saneamento e o abastecimento público. Tiago
170 complementou que o IAT já outorga 80% da água para diluição de efluentes sanitários e
171 que essa prática está em conformidade com a legislação. Everton esclareceu que o critério
172 de deixar 50% da vazão sem uso é para garantir a manutenção da biodiversidade nos rios.
173 Ele enfatizou que o aumento para 80% é uma medida temporária de 180 dias, visando
174 resolver problemas de abastecimento e diluição sem criar ou eliminar água, apenas
175 gerenciando o uso dentro dos limites existentes. Euclésio sugeriu uma comunicação mais
176 clara sobre o tema para que a população entenda o que está acontecendo, propondo a
177 criação de um documento simples para divulgar essa informação. Maurício expressou
178 preocupações sobre o aumento da extração de água, alertando que a falta de água pode
179 gerar problemas, inclusive para a fauna silvestre, e questionou se essa seria a melhor
180 solução, sugerindo controle das outorgas atuais e suspensão de novas. Everton e
181 Scroccaro reafirmaram que a prioridade será sempre o abastecimento público e a proteção
182 da biodiversidade. Eles explicaram que o aumento para 80% não será aplicado de forma
183 generalizada e que o IAT continuará monitorando e ajustando as medidas conforme
184 necessário, inclusive combatendo o uso clandestino de água. Silvio passou a palavra para
185 Thiago, que preferiu passar para Maurício. Maurício comentou que, embora concordasse
186 com o que foi dito, tinha preocupações quanto ao volume de água disponível,
187 especialmente em relação ao aumento na extração. Ele destacou que isso poderia
188 comprometer o futuro e ressaltou que o aumento da extração não seria uma solução.
189 Danielle complementou mencionando que algumas bacias já operavam com a vazão de
190 80%, sendo monitoradas sem problemas no estado. Neuri interveio para esclarecer que o



191 Instituto Água e Terra (IAT) não estava autorizando o aumento de volume de outorga, e que
192 era crucial deixar isso claro para a sociedade. Nicolas, participante via internet, destacou
193 que aumentar a outorga não cria mais água e pode gerar conflitos de uso. Ele sugeriu que
194 o IAT considerasse declarar áreas críticas por escassez e priorizar o uso da água. Thiago
195 e Scroccaro explicaram que o aumento da captação só seria permitido em negociações que
196 garantissem que o volume de água não causaria problemas para outros usuários a jusante.
197 Everton reforçou que era necessária a construção de reservatórios em áreas de
198 preservação permanente para regularizar a vazão, reconhecendo a polêmica do tema. Ele
199 afirmou que decisões seriam tomadas caso a caso, sempre com monitoramento. Julio
200 completou afirmando que a situação era crítica, com rios secos e dificuldades no
201 abastecimento de água em algumas regiões. Silvio finalizou destacando a necessidade de
202 encaminhamentos urgentes, como a implementação da cobrança pelo uso da água, o
203 fortalecimento do sistema de gestão hídrica e o uso dos recursos disponíveis para enfrentar
204 os efeitos climáticos futuros. Everton mencionou que uma das propostas discutidas envolvia
205 a ampliação do coeficiente de Q40 para Q95, passando de 50 para 80. Ele também
206 aproveitou a fala para destacar os esforços feitos para reverter a cobrança pelo uso da água
207 na bacia do Alto Iguaçu, resultando em 40 milhões de reais que seriam aplicados na região,
208 com o apoio do BRDE, responsável pela gestão técnica e financeira desses recursos. Ele
209 mencionou que editais seriam abertos para aplicar os fundos na melhoria das condições de
210 uso e gestão das águas. Everton destacou que o Instituto Água e Terra (IAT) atua também
211 no saneamento ambiental, auxiliando a Defesa Civil no abastecimento de água em
212 comunidades rurais e lidando com problemas como erosão, que afeta os recursos hídricos
213 no estado, especialmente no noroeste do Paraná. Ele mencionou que o governo está
214 asfaltando ruas para melhorar a qualidade de vida e aumentar o IDH em municípios
215 pequenos, mas esse processo também agrava a erosão e a necessidade de infraestruturas
216 adequadas. Everton explicou que os recursos para esses projetos, vindos da indenização
217 da Petrobras, seriam aplicados para melhorar as condições dos recursos hídricos no
218 Paraná. Ele ressaltou a importância de alavancar recursos por meio da cobrança pelo uso
219 da água, que atualmente é mais simbólica, mas com potencial de contribuir para esses
220 investimentos. Silvio agradeceu ao Everton e enfatizou os esforços realizados para garantir
221 o bom andamento das ações. Ele mencionou que, embora o Paraná tenha enfrentado
222 dificuldades financeiras no passado, era importante pensar no futuro e fortalecer os comitês
223 de bacias hidrográficas. A cobrança pelo uso da água e outros recursos, como da Itaipu,
224 deveriam ser aplicados na gestão dos recursos hídricos. Além disso, destacou o papel do
225 estado na formulação de políticas públicas para conservação de minas, combate à erosão
226 e promoção de práticas agrícolas adequadas. Maurício interveio para esclarecer que o tema
227 discutido era urgente, mas ressaltou que a pauta original da reunião mencionava apenas a
228 apresentação do Simepar, sem votação sobre a alteração da Q95. Ele defendeu que a
229 proposta de alteração, junto com suas justificativas, fosse apresentada por escrito antes de
230 qualquer votação, para garantir uma decisão responsável e informada. Everton concordou
231 com Maurício, reconhecendo a necessidade de passar a proposta para todos os comitês
232 antes de qualquer decisão. Ele propôs que os presidentes dos comitês convocassem
233 reuniões extraordinárias para que o Simepar e a Sanepar pudessem apresentar e defender
234 a proposta, assegurando que passaria pela aprovação de cada comitê, conforme a
235 legislação. Outros participantes, como Carlos, também concordaram com a necessidade
236 de convocar reuniões extraordinárias devido à urgência do tema, sugerindo prazos mais
237 curtos para a convocação, dada a crise hídrica em andamento. Euclésio sugeriu que fosse
238 realizada uma reunião do Fórum dentro de sete dias, argumentando que marcar reuniões
239 para cada comitê levaria cerca de três meses. Ele acreditava que uma reunião específica
240 resolveria a questão de forma objetiva. Ibson concordou com a ideia de Euclésio,
241 destacando que não havia tempo suficiente para reunir cada comitê e depois referendar no



242 Fórum. Ele sugeriu que a decisão fosse tomada diretamente no Fórum, com os presidentes
243 dos comitês discutindo internamente, divulgando os temas entre os membros e resolvendo
244 a questão no mesmo espaço. Maurício, por outro lado, concordou parcialmente, mas
245 levantou preocupações sobre a legalidade de decisões unilaterais tomadas pelos
246 presidentes sem consulta aos comitês. Ele questionou o prazo disponível e sugeriu que a
247 convocação de reuniões poderia ocorrer de forma simultânea em todos os comitês,
248 evitando que uma única decisão fosse tomada pelos presidentes. Everton concordou com
249 Euclésio e destacou que cada integrante do Fórum representa um comitê, o que garantiria
250 a representatividade. Ele sugeriu que a resolução poderia ser submetida a todos os comitês
251 para discussão, sem necessidade de uma reunião extraordinária. Sérgio apoiou essa ideia
252 e reforçou que cada comitê tem autonomia para decidir em seu território. Ele sugeriu que
253 uma resolução fosse elaborada e submetida ao Fórum de Comitês de Bacias, e cada comitê
254 traria sua decisão para o Fórum. Ibson demonstrou preocupação com o prazo operacional,
255 mencionando que o IAT seria responsável pela secretaria das reuniões. Ele sugeriu que as
256 discussões fossem feitas informalmente nos grupos de WhatsApp dos comitês e que uma
257 votação pudesse ocorrer de forma ágil, talvez via "forms". No final, Silvio consolidou a
258 discussão e aceitou a proposta de Everton. Ele sugeriu uma reunião extraordinária para
259 aprovar a resolução e, em seguida, referendar as decisões nos comitês. Lucineide
260 conversou com seus superiores sobre um problema que a equipe enfrentava. Eles
261 reconheceram a necessidade de esclarecer a situação para todos. Silvio comentou que
262 passaram duas horas discutindo para chegar a um entendimento sobre o que precisava ser
263 feito. Ele destacou a importância de uma comunicação clara para evitar que as informações
264 se distorcessem. Ressaltou ainda a estrutura do IAT e a articulação com a Secretaria de
265 Comunicação para instaurar o estado de emergência e conscientizar a população sobre a
266 crise hídrica, especialmente nas regiões norte e noroeste do Paraná. Solicitou à Sanepar e
267 outras instituições o auxílio em campanhas de conscientização sobre a economia de água.
268 Maurício pediu esclarecimento sobre um decreto e questionou como ele se aplicaria nas
269 diversas regiões, mencionando a possibilidade de comitês rejeitarem sua aplicação. Ele
270 queria entender melhor a legalidade da situação, pois o decreto era estadual, mas poderia
271 haver divergências nas regiões. Júlio explicou que o decreto já havia sido feito pelo
272 governador e que a resolução da SEDEST regulamentava ações de mitigação para o
273 abastecimento público, sendo que sua aplicação dependia do referendo dos comitês de
274 bacia. Everton reforçou que o decreto de emergência devido à estiagem já estava em vigor,
275 permitindo contratações emergenciais para solucionar problemas relacionados à seca. A
276 resolução da SEDEST seria vinculada à decisão do fórum, e cada comitê tomaria suas
277 medidas. Ele também destacou que a equipe técnica e jurídica estava comprometida em
278 elaborar a resolução até a próxima semana, e que o fórum realizaria uma reunião
279 extraordinária para decidir sobre a questão. Daniele sugeriu a realização de um workshop
280 online para agilizar o processo de esclarecimento e facilitar as decisões. Everton discordou,
281 mas reconheceu a importância de realizar as reuniões com os comitês para manter a
282 transparência. Silvio iniciou questionando Júlio sobre a questão do abastecimento, pedindo
283 mais clareza sobre se a resolução afetaria todos os usuários ou apenas o abastecimento.
284 Ele mencionou a complexidade técnica envolvendo o coeficiente de 80%, uma discussão
285 que abrangia múltiplos usuários da bacia. Júlio esclareceu que a resolução traria
286 instrumentos importantes para mitigar os efeitos da estiagem sobre o abastecimento,
287 apesar de ser uma questão técnica complexa. Silvio então comentou que seria necessário
288 obter essa resolução e as informações pertinentes para compartilhar com suas bases. Ele
289 também levantou a possibilidade de o fórum priorizar certas ações emergenciais, dado que
290 já havia um decreto de situação de emergência em vigor. Sérgio expressou preocupação
291 com a urgência da situação, mencionando que o fórum já havia passado três horas em
292 discussão e que seria ideal utilizar grupos de WhatsApp para agilizar a comunicação. Ele



293 sugeriu estabelecer um prazo até a próxima sexta-feira para a equipe do IAT compartilhar
294 as informações necessárias. Silvio concordou com a necessidade de finalizar a reunião,
295 mencionando que o prazo da reunião estava próximo do fim. Euclésio destacou que a
296 discussão já estava clara e que o próximo passo seria realizar a reunião do fórum para
297 definir as ações e levar essas decisões para as bases. Por fim, Silvio propôs aprovar o
298 encaminhamento da resolução e a convocação da próxima reunião extraordinária do fórum.
299 Maurício pediu que o documento fosse enviado com três dias de antecedência para permitir
300 uma análise tranquila. Everton encerrou agradecendo a todos pela participação e
301 colaboração na discussão sobre a gestão de recursos hídricos. **4**
302 . **ENCERRAMENTO** Silvio então agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
303 presente reunião.

304 De Acordo.

305

306

Silvio Silvestre Barczsz

307

Coordenador do Fórum Paranaense dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

